

# Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad vê 5 medidas para elevar receitas em 2024 ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Balança segue em alta nos próximos anos com petróleo e agronegócio ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ninguém que é beneficiado por distorções quer mudar o sistema , diz pai da reforma tributária sobre Imposto de Renda ..... 6

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária trata ambiente como pilar, mas beneficia emissores de carbono ..... 11

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Que imposto é esse (Fernando Facury Scaff) ..... 13

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrada expressiva de dólares favorece desempenho do câmbio ..... 15

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - BAND NEWS BOM DIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Versão do Senado acrescenta nove exceções na reforma tributária ..... 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária brasileira: risco para o pacto federativo? ..... 18

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo Leite faz pacote de projetos sobre impostos ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo se movimenta para aprovar fim de JCP neste ano ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxa do PIB em 2024: metade da de 2023? (Artigo) ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Contagem regressiva para emendas ao PLDO ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Agências alertam para troca na meta ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Estamos a uma distância significativa de recuperar o grau de investimento" ..... 29

---

Quinta-Feira, 16 de Novembro de 2023

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

É preciso rever aumento salarial disfarçado a juízes e procuradores (Editorial) ..... 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Pochmann diz que quer mudar divulgação de dados do IBGE ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Números "se impõem", e corte de gastos ganha força no debate de 2024 ..... 34

# Haddad vê 5 medidas para elevar receitas em 2024

*| AMANDA PUPO e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou em reunião da equipe de ministros da área econômica com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anteontem a importância de o governo concluir "efetivamente" o debate de cinco propostas no Congresso: a **reforma tributária**, o projeto sobre os fundos de alta renda, o que trata do instrumento dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), a regulamentação de apostas esportivas e a proposta que altera a tributação de grandes empresas que recebem subvenção dos Estados.

Tirando a **reforma tributária**, os outros projetos buscam o incremento de receita e são essenciais para o governo zerar o déficit fiscal em 2024. A lista foi reforçada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, após se reunir novamente com Haddad anteontem.

"O ministro da Fazenda aproveitou para falar da importância de a gente terminar pelo menos cinco medidas fundamentais para a gente ter receita: **reforma tributária**, offshore, JCP, apostas e subvenção."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

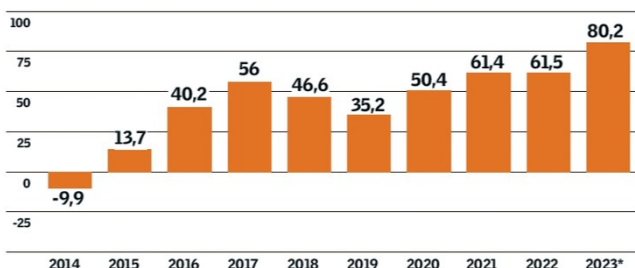
# Balança segue em alta nos próximos anos com petróleo e agronegócio



Iana Ferrão: forte aumento da produtividade no setor agropecuário vai contribuir para aumentar as exportações

## Saldo comercial

Em US\$ bilhão



Fonte: Secex. \*Preliminar até o fim de outubro.

## Estevão Taiar

Impulsionada pelos setores de petróleo e agropecuário, a balança comercial deve continuar registrado superávits elevados nos próximos anos, ainda que abaixo do nível recorde previsto para 2023. É o que aponta estudo realizado pela economista Iana Ferrão, do BTG Pactual, e antecipado para o Valor.

Para este ano, a estimativa da instituição financeira é de superávit de US\$ 95 bilhões - patamar mais elevado da série histórica e 50% maior do que o recorde anterior, de US\$ 62,4 bilhões, registrado no ano passado.

"Para 2024, esperamos ligeira redução do saldo, para US\$ 87 bilhões - patamar ainda bem robusto, muito superior aos dos últimos anos", escreve a economista.

A redução prevista para o ano que vem é

consequência principalmente "da menor safra agrícola, com destaque para a soja, e da diminuição dos preços das commodities". Mas fatores como a queda tanto do volume, causada pela "desaceleração da atividade doméstica", quanto dos preços das importações tende a impedir uma "contração mais significativa do superávit comercial".

Além disso, as "perspectivas para a balança comercial nos anos seguintes também são bem favoráveis". Um dos motivos é que "a produção de petróleo na camada do pré-sal continuará aumentando de forma significativa". A economista destaca, por exemplo, estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que aponta que "a produção de petróleo no Brasil aumentará 80%" nos próximos sete anos, o que "contribuirá para aumentar as exportações do produto mesmo com a redução esperada em seu preços". Como comparação, nos últimos sete anos a produção de petróleo cresceu 20%.

Assim, mesmo com cálculos "conservadores", o BTG projeta que o saldo da balança de petróleo e derivados passará de US\$ 21 bilhões em 2022 "para surpreendentes US\$ 95 bilhões em 2029".

"Outro fator que tende a contribuir para aumentar as exportações brasileiras nos próximos anos é o forte aumento da produtividade no setor agropecuário", diz a economista. Ela menciona levantamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos que afirma que o Brasil foi o país com "o maior aumento da produtividade da agropecuária de 2000 a 2019".

Neste ano, especificamente, "destaca-se o expressivo crescimento do 'quantum' importado de bens de capital ligados ao setor agrícola, que tende a contribuir para aumentar a produtividade no setor nos próximos anos". Já no médio e longo prazos "a **reforma tributária** do consumo, que beneficia sobremaneira o setor agroexportador, também contribuirá para aumentara produtividade e eficiência do setor".

No estudo, a economista chama atenção para o fato de o "forte fluxo comercial" deste ano estar ajudando a manter o câmbio em "patamar próximo" a R\$ 5, "mesmo com altas maiores nos juros longos americanos". Segundo ela, isso acontece porque "o fluxo comercial tem acompanhado o aumento do saldo comercial embarcado".

"A entrada de dólares pelo segmento comercial totalizou US\$ 47 bilhões de janeiro a outubro deste ano - recorde histórico", afirma. "Essa entrada mais do que compensou a saída de US\$ 23 bilhões via segmento financeiro, de modo que no ano, o fluxo cambial líquido está positivo em US\$ 24,1 bilhões, o maior patamar para o período desde 2011."

De janeiro a outubro deste ano, o Brasil teve superávit comercial de US\$ 80,2 bilhões, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O número representa alta de 57,2% em relação ao mesmo período de 2022 e é fruto de US\$ 282,4 bilhões de exportações e US\$ 202,2 bilhões de importações.

De acordo com Ferrão, os maiores pontos positivos do lado das exportações neste ano já são as commodities agrícolas, "em função do forte crescimento da safra", e "as ligadas ao setor extrativo", com "destaque para o expressivo crescimento da produção de petróleo", especialmente no pré-sal.

A Secex projeta superávit de US\$ 93 bilhões da balança comercial para este ano, fruto de exportações de US\$ 334,2 bilhões e importações de US\$241,1 bilhões.

Já o Banco Central calculava, em seu Relatório Trimestral de **Inflação** divulgado no fim de setembro, saldos positivos de US\$ 68 bilhões para 2023 e de US\$71 bilhões para 2024. As estimativas devem ser atualizadas no RTI de dezembro.

As projeções medianas do mercado são de superávits de US\$ 76 bilhões para 2023, US\$ 62,7 bilhões para 2024 e US\$ 60 bilhões tanto para 2025 quanto para 2026. As informações são do Boletim Focus, divulgado pelo BC na segunda-feira.

Para 2024, esperamos redução do saldo, para US\$ 87 bilhões, patamar ainda bem robusto"

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Balança segue em alta nos próximos anos com petróleo e agronegócio

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187714?page=1&section=1>

# Ninguém que é beneficiado por distorções quer mudar o sistema , diz pai da reforma tributária sobre Imposto de Renda

O Congresso Nacional caminha para aprovar ainda este ano a **reforma tributária** , uma ousada proposta de reformulação da tributação do consumo de bens e serviço que levou décadas em debate no país.

Para o próximo ano, porém, o desafio pode ser maior , já que a intenção do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é começar a tramitação de uma ampla reforma do Imposto de Renda , proposta que parece estar menos amadurecida na sociedade .

Na avaliação do secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, a boa perspectiva para aprovação da reforma sobre consumo é possível porque "criou-se um ambiente muito favorável no país a corrigir distorções, mesmo sabendo que tem alguns grupos (setores da economia) que se beneficiam das distorções do sistema atual".

Em entrevista à BBC News Brasil, Appy reconhece que o governo tem agora como desafio "mostrar claramente as distorções que existem hoje no Imposto de Renda" para que seja possível também avançar no Congresso com essa segunda etapa da reforma do sistema tributário brasileiro.

Confirmando-se a esperada aprovação da reforma da tributação do consumo ainda este ano, a previsão é que governo envie ao Parlamento no início de 2024 sua proposta de mudanças na taxaçoão da renda, com objetivo de aumentar a tributação sobre os mais ricos.

"Uma das diretrizes (da reforma que será enviada) é tornar o sistema tributário mais justo. Isso significa corrigir distorções que permitem que pessoas que têm renda muito mais alta do que outros paguem menos **tributos**, o que acontece hoje no Brasil", disse Appy.

"Obviamente ninguém que é beneficiado por uma distorção do sistema gosta que você mude o sistema, mas eu acho que existe aí um desafio para o governo de comunicação, de mostrar claramente as distorções que existem hoje no Imposto de Renda, porque elas precisam ser corrigidas", ressaltou, ao ser questionado sobre a falta de um debate mais maduro na sociedades sobre essa segunda etapa da reforma.

O secretário adiantou que "quase certamente" a proposta incluirá a redução da tributação direta do lucro das empresas e a volta da taxaçoão de dividendos distribuídos pelas companhias a seus sócios. Ele, porém, disse que o governo ainda está avaliando o desenho final da reforma da renda e não detalhou as medidas em discussão.

Appy é conhecido como o "pai da **reforma tributária**" devido a seu papel central no desenho da proposta que busca unificar cinco **impostos** complexos sobre consumo (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) em um regime mais simples, com um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) formado por dois componentes: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O modelo do IVA é amplamente adotado no mundo e terá uma série de efeitos positivos na economia brasileira, resalta Appy, como desoneração de investimentos e redução de custos com burocracia.

Na entrevista, ele rebateu a crítica de que a reforma criará o maior IVA do mundo - hoje a maior alíquota é a da Hungria (27%).

Segundo Appy, o complexo sistema atual já tem, na prática, uma espécie de alíquota padrão de 34,4% (entenda na entrevista). O novo modelo, diz, vai reduzir isso, mas apenas após a regulamentação e implementação do novo regime - etapa posterior a aprovação da reforma sobre consumo -será possível saber a alíquota do IVA brasileiro.

Após a aprovação da reforma pelos senadores na semana passada, a previsão é que a Câmara vote novamente a matéria ainda em novembro.

Por ser uma proposta de alteração da Constituição, o texto aprovado precisa ser idêntico ao que passou no Senado. Um alternativa que está sendo analisada para evitar alterações é fatiar a reforma e aprovar inicialmente o que for consensual, preservando as mudanças mais estruturais do sistema.

"É uma questão que precisa ser acertada entre as duas Casas do Congresso Nacional. Não é o

Executivo que deve tomar essa decisão", disse Appy.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista, feita por videochamada e editada por concisão e clareza.

BBC News Brasil - A estratégia do governo para uma aprovação da **reforma tributária** ainda este ano será o fatiamento da PEC na Câmara, ou vão buscar a aprovação integral do texto do Senado?

Bernard Appy - O fatiamento pode ser uma possibilidade, mas ele precisa ser construído entre as duas Casas do Congresso Nacional.

O fatiamento é você promulgar aquilo que é estrutural e que é comum às duas Casas e, eventualmente, deixar alguma questão acessória para poder ser discutido em separado. Mas a definição do que é acessório e do que é estrutural, obviamente tem um lado que é técnico, mas tem o lado que é político.

BBC News Brasil - Mas é viável fatiar do ponto de vista técnico?

Bernard Appy - É óbvio que tem uma parte que é estrutural que não dá para ser fatiada. Então, a ideia de IVA dual (IBS e CBS), base ampla (imposto é cobrado da mesma forma sobre bens e serviços), não cumulatividade plena (geração de crédito tributário em todas as operações), tributação no destino (**impostos** cobrado no Estado em que há o consumo e não no de produção), cobrança do IBS através de uma gestão conjunta e de forma centralizada através do comitê gestor (órgão que vai gerenciar arrecadação e repartição das receitas entre Estados e municípios), tudo isso certamente é estrutural.

Mas, como eu falei, aquilo que é acessório ou não, não é só uma questão técnica, é uma questão também política. Então, do ponto de vista estritamente técnico, a definição do que é estrutural talvez seja mais restrito. Agora, do ponto de vista político, talvez seja mais amplo. E aí é uma questão que precisa ser acertada entre as duas Casas do Congresso Nacional. Não é o Executivo que deve tomar essa decisão.

BBC - O governo teme que nessa última etapa na Câmara ainda possa haver novas mudanças significativas devido a demandas setoriais?

Bernard Appy - A gente espera que não, até porque ela foi aprovada na Câmara com um certo grau de concessões. Esse número de concessões cresceu no Senado. Em contrapartida, o Senado amenizou algumas concessões feitas pela Câmara. A gente não espera que tenha um aumento de exceções nessa nova passagem pela Câmara de Deputados.

BBC News Brasil - Se de fato houver a promulgação da PEC esse ano, 2024 será dedicado a regulamentação da reforma. É quando o Congresso vai detalhar, por exemplo, que produtos e serviços terão acesso a alíquotas reduzidas. Há risco de a reforma ser desfigurada nessa fase caso muitos setores consigam ser beneficiados?

Bernard Appy - A discussão (na fase de regulamentação) vai ser mais uma discussão setorial e operacional, na verdade. A grande questão aqui não é tanto se pode desfigurar ou não. A grande questão é que é neste processo de regulamentação, tanto dos regimes específicos (regras diferenciadas para alguns setores) como a delimitação mais precisa de que bens e serviços estão com alíquotas reduzidas, tudo isso tem impacto sobre alíquota padrão do novo tributo.

Então, a emenda constitucional (que caminha para ser aprovada) delimitou aquilo que pode ter alíquota reduzida e que pode ter regime específico, mas, no caso da alíquota reduzida, ainda tem uma definição mais clara de quais são os bens e serviços que estão de fato abrangidos. E, no caso dos regimes específicos, ainda tem a própria definição de qual será a alíquota, se vai ter mudança na base de cálculo, quais são as regras de creditamento (geração de crédito tributário ao longo da cadeia).

Então, tem ainda um trabalho grande a ser feito. E, na discussão com o Congresso Nacional, (o governo vai) buscar ser o mais transparente possível do ponto de vista do que significa, em termos de alíquota padrão e de impacto econômico, as diferentes alternativas de regulamentação. É um trabalho de apoio para que as decisões políticas sejam as mais informadas possíveis.

BBC - Então, o risco não é de desfigurar, mas de qual vai ser a alíquota final?

Bernard Appy - Isso. Acho que não é um risco de desfigurar, acho que o grau das exceções está dado pelo que foi aprovado. É uma delimitação das exceções, eu diria assim, que vai ter que ser feita nessa apreciação da lei complementar.

BBC News Brasil - Justamente o tamanho da alíquota do IVA (IBS e CBS somados) tem sido muito explorado pela oposição. Caso a reforma seja aprovada, o Brasil vai ter uma das alíquotas mais altas do mundo, talvez a maior. Isso é um problema?

Bernard Appy - Na verdade, o IVA alto que temos é hoje. As pessoas não entenderam isso. O padrão de tributação de uma mercadoria no Brasil é um ICMS cuja alíquota mais comum é de 18% e PIS/Cofins do

regime não cumulativo (que gera crédito tributário) cuja alíquota é de 9,25%.

E são **tributos** que incidem sobre o preço com tributo (tipo de tributação comum no Brasil em que a base de cálculo da alíquota inclui o próprio imposto). Quando a gente faz a conta correta, isso resulta numa alíquota sobre o preço sem tributo de 34,4%.

Lógico que a gente tem uma quantidade tão grande de exceções (no sistema atual) que fica difícil identificar essa alíquota padrão. Mas se existe algo que pode ser chamado de uma alíquota padrão, hoje, é esses 34,4%.

Então, a alíquota padrão mais alta do mundo, se existe alguma coisa parecida com uma alíquota padrão, é a que o Brasil tem hoje. Certamente, a alíquota (do IVA criado pela reforma) vai ser bem menor do que isso e a alíquota vai ser aquela que mantém a carga tributária atual.

A reforma fecha espaço para sonegação, inadimplência e elisão fiscal e isso tudo tem um efeito positivo de reduzir alíquota quando o objetivo é manter a carga tributária.

Então, alíquota padrão mais alta do mundo é a que nós temos hoje. E que vai sair da reforma ainda vai depender da regulamentação e vai depender de fato de qual vai ser o grau de redução de sonegação e inadimplência. A gente tá confiante que vai ser relevante, mas não consigo quantificar com precisão. E pode ser até que a gente tenha uma boa surpresa nesse processo, que a gente descubra que ela (a alíquota do futuro IVA) é menor do que a gente estava estimando com base nas hipóteses que nós estamos adotando hoje.

BBC News Brasil - Projeções indicam que a **reforma tributária** pode elevar o **PIB** potencial brasileiro em até 20% em quinze anos. Como a simplificação do sistema tributário por ter um impacto tão forte no crescimento?

Bernard Appy - Na verdade, não é só simplificação, é correção de várias distorções. Uma delas é, sim, a simplificação. A simplificação reduz o custo burocrático de pagar imposto. Aqui no Brasil, uma empresa gasta em média dez vezes mais do que uma empresa semelhante em outro país que adota o IVA só com a burocracia tributária desses **tributos** que estão sendo afetados pela **reforma tributária**.

Então, na hora que você simplifica, está tirando um custo que onera a produção nacional. É um trabalho improdutivo. Tem empresa no Brasil que tem mais de 200 pessoas cuidando de burocracia tributária. Com a

reforma, isso pode cair para 20 pessoas e essas outras 180 pessoas vão ser alocadas em atividades produtivas.

E o efeito é que, com a mesma quantidade de trabalhadores, eu vou conseguir produzir mais do que eu consigo produzir hoje. O **PIB** cresce porque eu tiro alocação de recursos, de trabalho e de capital em atividades improdutivas e transfiro para atividades produtivas.

Isso acontece via esse efeito de simplificação e porque, na hora que você simplifica, você reduz muito espaço para litígio tributário. Tem um estudo do Inspere que indica que, com aprovação da **reforma tributária** com o texto que está sendo discutido no Congresso Nacional, resolve 95% dos litígios relativos aos **tributos** que estão no escopo da **reforma tributária**.

Ao reduzir litígio, você reduz custo com advogado. Isso é um peso morto para o contribuinte e um peso morto para o governo. Porque o setor privado tem que ter advogado, e o governo tem que ter procuradores alocados por conta do altíssimo nível de litígio em matérias tributárias. Então, isso também melhora bastante com a **reforma tributária**.

E a redução de litígio tem um segundo efeito colateral que é reduzir insegurança jurídica. Quando você tem alta insegurança jurídica, as empresas investem menos. Portanto, a redução da insegurança jurídica tem o efeito positivo sobre investimento e sobre o crescimento do país.

Então esse é o primeiro bloco (de efeitos da reforma na economia). São três blocos. O segundo é que hoje, por conta de várias distorções, sobretudo aquilo que a gente chama de cumulatividade, aquele imposto que é pago no meio da cadeia e não é recuperado, você na prática está tributando investimentos e exportações. Está tributando a produção nacional mais do que o importado.

Esse resíduo tributário, toda essa cumulatividade, é eliminada com a **reforma tributária**. O efeito disso é reduzir o custo do investimento, reduzir o custo da exportação, aumentar a competitividade da produção nacional e isso acaba tendo um efeito positivo sobre o crescimento da economia.

E o terceiro fator é que o sistema tributário atual distorce muito a forma de organização da produção. Isso acontece por vários motivos: em função da própria cumulatividade, em função da tributação na origem que você tem hoje no ICMS e no ISS, e em função da própria fragmentação da base de incidência (existência de variados **tributos** sobre bens e serviços, em vez de um **IVA**).



BBC News Brasil - Poderia dar um exemplo concreto?

Bernard Appy - Suponha que eu sou uma empresa e quero desenvolver um software. Eu posso contratar um terceiro para desenvolver o software, ou posso desenvolver internamente. Vamos dizer que o terceiro seja 5% mais eficiente. Isso significa que ele vai alocar 5% menos trabalho e capital para poder desenvolver o software do que eu se fizer internamente na minha empresa.

Só que esse terceiro, quando ele desenvolver o software, ele vai pagar 5% de ISS e 3,65% de PIS/Cofins e eu não vou recuperar esse imposto. Então, eu opto por desenvolver internamente e gasto 5% a mais do que eu precisaria gastar de trabalho e capital para fazer aquele software (com outras empresa) porque o nosso sistema me induz a escolher uma forma de produção que não é a mais eficiente. A **reforma tributária** corrige esse tipo de problema.

Então, são todos esses efeitos: a questão da burocracia tributária, a questão do litígio, a questão da tributação dos investimentos e da exportação, e essa questão dessas distorções na forma de organização da produção que são corrigidos pela **reforma tributária**.

O efeito conjunto disso é muito positivo sobre o crescimento da economia brasileira. É muito difícil estimar com precisão absoluta. Sobre essa parte de desoneração de investimento e exportação é mais fácil, tem modelos bastante bons (de projeções que estimam impacto) de 4% a 5% de aumento do **PIB** potencial, mas os outros efeitos são muito relevantes.

O estudo que tenta estimar todos os efeitos, que é do (pesquisado da FGV) Bráulio Borges, com uma metodologia, é verdade, menos sólida, mas é o que é possível fazer, ele chega a esse aumento de 20 pontos percentuais no **PIB** potencial em 15 anos.

Eu diria que é muito provável que (o conjunto da **reforma tributária**) tenha um efeito superior a um aumento de 10 pontos do **PIB** potencial num horizonte de 10 a 15 anos. Não vem tudo de uma vez, vem ao longo do tempo, vem porque a economia brasileira se organiza de forma mais eficiente.

BBC News Brasil - Críticos da reforma dizem que ela vai aumentar a conta de luz dos mais pobres, devido ao fim da tarifa social. Na visão do senador Rogério Marinho, por exemplo, esse benefício será substituído por uma política incerta de devolução do imposto por meio de cashback. Como responde a essa crítica?

Bernard Appy - A reforma já obriga a adotar um

sistema de devolução do imposto na conta de luz. E dá para fazer diretamente na conta de luz. Não precisa cobrar e depois devolver. Só tem que pagar o valor líquido (da conta) já descontado aquilo que foi devolvido (no caso do usuário de baixa renda).

Não tem chance nenhuma de aumentar o custo tributário da conta de luz para a população de baixa renda. Aí, virou uma discussão mais política do que técnica, porque tecnicamente todo mundo sabe que é perfeitamente possível fazer essa devolução do imposto na conta de luz.

BBC News Brasil - Enquanto a **reforma tributária** está criando a devolução de imposto aos mais pobres, alguns economistas apontam que pessoas de maior renda já recebem cashback no Brasil no caso da restituição de Imposto de Renda por gastos com saúde e educação. A reforma do Imposto de Renda que o governo planeja enviar ao Congresso no próximo ano mexerá nisso?

Bernard Appy - Estamos na fase de discussão técnica das mudanças. Ainda não passou pelo crivo político do governo (o que será de fato proposto). Não adianta eu falar o que eu acho tecnicamente, o que vale é o que for decidido politicamente pelo governo.

Então, não estamos entrando em detalhe do que vai ter na reforma do Imposto de Renda, exceto aquilo que já estava na campanha do presidente, (como) a ideia de reduzir alíquota (de Imposto de Renda que incide diretamente) na empresa e passar a tributar a distribuição de dividendos. Isso já estava na própria campanha do presidente Lula, então eu diria que quase certamente constará da proposta.

Mas eu posso falar das diretrizes da **reforma tributária**. Tanto a reforma do consumo (em tramitação no Congresso) quanto da renda (que ainda será enviada) tem duas diretrizes básicas.

Uma das diretrizes é tornar o sistema tributário mais justo. Isso significa corrigir distorções que permitem que pessoas que têm renda muito mais alta do que outros paguem menos **tributos**, o que acontece hoje no Brasil. E, por outro lado, tornar o sistema mais eficiente, ou seja mais favorável ao crescimento.

Obviamente, o foco principal da reforma do consumo é tornar o sistema mais eficiente e induzir mais o crescimento, mas a reforma do consumo tem um efeito positivo do ponto de vista distributivo. É pequeno, mas tem. E quanto mais usar o cashback, mais positivo (será esse efeito de melhorar a distribuição de renda).

E também aumenta a justiça na distribuição federativa da receita (arrecadada com os **impostos**), pois

favorece sobretudo os Estados e os municípios mais pobres do país.

A reforma do Imposto de Renda tem um foco mais na correção de distorções distributivas, mas ela é pensada desde o começo de forma a ser eficiente e favorecer o crescimento também.

Muitas vezes, na discussão sobre **reforma tributária** no mundo, você encontra aquele trade-off (troca) entre justiça e eficiência: para tornar o sistema mais justo, eu tenho que tornar ele menos eficiente. No caso do Brasil não. As distorções do sistema tributários são tão grandes que é possível fazer mudanças que tornem ele simultaneamente mais justo e mais eficiente. E é explorando esse caminho que o governo entende que deve caminhar a **reforma tributária**.

Mas ainda tem o todo o trabalho de decisão política sobre o que vai ser feito. Quando tiver avançado a decisão política, a gente torna público qual vai ser a proposta de Imposto de Renda.

BBC News Brasil - A Câmara chegou a aprovar no governo Bolsonaro a taxa de dividendos isentando as empresas do Simples Nacional e de parte das empresas do regime do lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões ao ano. Depois, a proposta empacou no Senado. Faz sentido taxar dividendo e isentar um grupo tão grande?

Bernard Appy - Volto a falar, ainda não está definido politicamente como vai ser, mas obviamente quanto mais neutro o sistema melhor.

BBC News Brasil - A **reforma tributária** está prestes a ser aprovada, mas levou muitos anos sendo amadurecida. Já o debate da reforma do Imposto de Renda parece estar em estágio mais inicial. Como vê a possibilidade de uma reforma tão complexa, que mexe com tantos interesses, ser aprovada nesse govern o?

Bernard Appy - Obviamente ninguém que é beneficiado por uma distorção do sistema gosta que você mude o sistema, mas eu acho que existe aí um desafio para o governo de comunicação, de mostrar claramente as distorções que existem hoje no Imposto de Renda, porque elas precisam ser corrigidas.

No caso da reforma do consumo, criou-se um ambiente muito favorável no país a corrigir distorções, mesmo sabendo que tem alguns grupos que se beneficiam das distorções do sistema atual.

Eu acho na questão da reforma do Imposto de Renda tem o mesmo trabalho de comunicação a ser feito para mostrar que existem distorções que precisam ser

corrigidas. Ninguém está falando que é fácil, eu acho que é um desafio que precisa ser enfrentado.

#### Notícias Relacionadas:

G1 - NACIONAL

Ninguém que é beneficiado por distorções quer mudar o sistema , diz pai da **reforma tributária** sobre Imposto de Renda  
PORTAL TERRA

Ninguém que é beneficiado por distorções quer mudar o sistema , diz pai da **reforma tributária** sobre Imposto de Renda

#### Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/mundo/2023/11/6655966-ninguem-que-e-beneficiado-por-distorcoes-quer-mudar-o-sistema-diz-pai-da-reforma-tributaria-sobre-imposto-de-renda.html>

# Reforma Tributária trata ambiente como pilar, mas beneficia emissores de carbono

**Pedro Lovisi**

A **Reforma Tributária** aprovada no Senado na semana passada estende benefícios aos principais emissores de gases de efeito estufa do país e põe em contradição trecho do texto que trata o ambiente como pilar do sistema.

A proposta voltou à Câmara nesta terça-feira (14), onde sofrerá mais ajustes. Entre os beneficiados estão o agronegócio, que corresponde por 74% dos gases de efeito estufa no país, montadoras de veículos movidos à combustão e o setor de aviação.

Tais exceções, apesar de consideradas essenciais economicamente por parte dos especialistas, devem atrasar a transição energética no Brasil, uma vez que as isenções ou alíquotas diferenciadas passarão a fazer parte da Constituição - o que dificulta possíveis alterações.

Ainda quando o texto estava na Câmara, os deputados decidiram acrescentar a defesa ambiental entre os pilares do sistema tributário brasileiro.

A redação aprovada no Senado diz que "o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária e da defesa do meio ambiente".

Tributaristas e ambientalistas consideram o trecho o maior avanço ambiental da reforma. Isso porque a inserção da defesa do ambiente aos princípios da regra fiscal brasileira dá base jurídica para pautas de preservação.

Eles analisam que, se a Constituição define que o sistema tributário brasileiro tem como pilar a defesa do ambiente, leis que vão em direção contrária a essa defesa podem ser consideradas inconstitucionais.

"É positivo instituir esses princípios constitucionais de preservação ambiental porque isso quer dizer que, se alguém quiser questionar a preservação ambiental de agora em diante, vai ter de questionar a Constituição", diz Tatiana Falcão, consultora em tributação ambiental. Ela participou de discussões no Senado sobre a reforma.

Porém, os benefícios aos poluentes também estarão

na Constituição se o texto assim for aprovado.

O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), por exemplo, voltou atrás horas depois de apresentar o relatório e manteve a lista de setores que não poderão ser alvo do imposto seletivo - tributo criado para aqueles bens e serviços prejudiciais à saúde e ao ambiente.

Ainda no final de outubro, o parlamentar havia afirmado que retiraria do texto a lista criada na Câmara.

Entre os setores beneficiados estão os alimentos destinados ao consumo humano, o que pode englobar todos os tipos de alimento, inclusive os não saudáveis. O texto também isenta produtos e insumos agropecuários (agrotóxicos, por exemplo).

O imposto seletivo era tido por vários ambientalistas como o embrião da taxa de carbono no Brasil, mas a lista mantida por Braga pode frustrar essa possibilidade.

Na semana passada, 130 organizações da sociedade civil lançaram um manifesto contra esse dispositivo. O movimento é liderado pelo IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade).

O Senado também incluiu um limite de 1% do valor do mercado para a taxa de bens oriundos direto da extração (mineração e petróleo). O valor é irrisório, se comparado àquele que seria posto em caso de uma eventual taxa de carbono no país.

"A **Reforma Tributária** está eivada de contradições, sobretudo penalizando a perspectiva ambiental do país e seus compromissos ambientais. É muito preocupante porque isso é o que vai ordenar a economia política do país nas próximas décadas", diz Marcos Woortmann, coordenador de política socioambiental do IDS.

Estende-se também às contradições ambientais da reforma a manutenção do incentivo dado às montadoras e fabricantes de veículos movidos à combustão nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Pela proposta original, a prorrogação dos incentivos

até 2032 seria limitada a modelos híbridos ou 100% elétricos, mas de última hora o Senado ampliou o benefício.

A indústria automotiva defende que veículos movidos a etanol são ainda menos poluentes do que carros elétricos. A discussão, porém, é complexa, uma vez que a análise deve englobar toda a cadeia de produção desses automóveis.

Segundo a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), 84% da frota de automóveis do Brasil são carros flex, movidos a gasolina e etanol, e apenas 0,3% movidos apenas a etanol.

Gustavo Brigagão, presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, concorda com a mudança feita pelos senadores.

"Você não pode dar um corte nessa produção de uma hora para outra, porque senão você pesa muito do lado da balança e surgem problemas do outro lado que são muito maiores do que aquele que você está querendo evitar. Tem de ter uma transição", diz.

Falcão discorda. "Determinar regras específicas de creditamento para certos setores gera complexidade no sistema tributário e, portanto, não deveria ser feito via Constituição. A ânsia por proteger os interesses de certas indústrias fala mais alto do que técnica legislativa", afirma.

No entanto, nem só de contradições ambientais há na proposta que chega agora à Câmara.

O texto, por exemplo, institui o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) ecológico, pauta antiga dos ambientalistas. Nesse caso, 5% da distribuição financeira aos municípios precisarão levar em conta indicadores de preservação ambiental criados por lei.

O texto também define que, sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais por meio de isenções de **tributos** federais considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.

Se a PEC for aprovada dessa forma, será a primeira vez que o termo "emissões de carbono" aparecerá na Constituição. O trecho também vale para a distribuição dos R\$ 60 bilhões do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional .

No fim, apesar das contradições, a reforma chega à Câmara com saldo positivo, segundo analistas.

"A preocupação do Congresso Nacional com a política

ambiental foi muito forte", afirma Brigagão. Falcão complementa: "Foram trazidas bastantes questões ambientais para o bojo da Constituição e isso era muito necessário."

O que a reforma tem de ambiental

Quais são as contradições

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/reforma-tributaria-trata-ambiente-como-pilar-mas-beneficia-emissores-de-carbono.shtml>

# Que imposto é esse (Fernando Facury Scaff)

**Eduardo Cucolo**

## **Perfil do blogueiro**

**Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.**

## **Link externo, abre o Twitter do blog**

O Senado Federal concluiu a votação da **Reforma Tributária**, PEC 45, que deve retornar à Câmara dos Deputados para novas sessões em face das mudanças ocasionadas.

Toda a tramitação legislativa dessa PEC foi acelerada, o que tem impedido que a sociedade e os doutrinadores analisem com a devida atenção todas as mudanças constitucionais que estão sendo aprovadas, que já chegam a mais de 40 páginas. Embora existam muitos pontos a comentar, existe um que está passando despercebido, e seguramente gerará grande impacto econômico na indústria nacional. Diz respeito à criação de uma CIDE (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), como uma forma de proteção da ZFM (Zona Franca de Manaus).

Há poucas dúvidas sobre a necessidade de proteção da ZFM, que circunda a cidade de Manaus, no estado do Amazonas. O texto aprovado mantém essa

proteção em diversas passagens, criando também o art. 92-B dispendo que as leis que instituírem a CBS e o IBS, "estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus", o que, de certa maneira, está adequado e coerente com a proteção que já existe na Constituição desde sua origem, calcado no art. 40, e posteriormente no art. 92-A do texto atual do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

A surpresa surge com a proposta da criação de uma CIDE no texto do §1º do art. 92-B, da PEC-45, ao estabelecer que "Para assegurar o disposto no caput, serão utilizados, isolada ou cumulativamente, instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros e, subsidiariamente, observado o disposto no art. 149 da Constituição Federal, contribuição de intervenção do domínio econômico sobre importação, produção ou comercialização de bens que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus, garantido tratamento favorecido às operações na referida área".

Simplificando e destacando do texto, constata-se que para assegurar o diferencial competitivo daquela região, poderá ser criada uma CIDE sobre a "importação, produção ou comercialização de bens que tenham industrialização incentivada na ZFM", isto é, usando um exemplo, que, se ninguém alterar, se tornará norma constitucional: se houver uma indústria de copos plásticos instalada na ZFM, todas as demais indústrias brasileiras desse mesmo produto poderão vir a ser oneradas com a criação de uma CIDE, para assegurar o diferencial competitivo da região. Ou seja, propõe-se aumentar a carga tributária da indústria nacional para proteger a indústria local -simples assim.

A redação é amplíssima, pois permite que esta tributação seja imposta a todas as empresas que estão fora da ZFM, produzindo, importando ou comercializando, o que gera uma possibilidade amplíssima de alcance.

Será suficiente haver a importação de algum produto que também é utilizado na produção incentivada na ZFM para que toda a indústria nacional venha a ser sobre onerada.

Essa proposta modifica substancialmente o foco de proteção da ZFM, pois, até aqui, visava-se a redução da carga tributária para as indústrias que lá se instalassem, porém, essa proposta altera o jogo, criando um mecanismo de aumento da carga tributária

para toda a indústria nacional que produza, importe ou comercialize algo semelhante ao que por lá é produzido de forma incentivada. Logo, ao invés de reduzir a carga tributária local, haverá a possibilidade de aumentar a carga tributária nacional, em prol das indústrias instaladas naquela região.

Seguramente trata-se de uma proposta ousada, que modifica todo o sistema tributário protetivo daquela região específica, encravada ao redor da cidade de Manaus, em detrimento de toda a indústria nacional.

É inegável que a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) vem apoiando a **Reforma Tributária**, o que se vê até mesmo pelos outdoors espalhados em Brasília, inclusive em pontos de ônibus. Será que a CNI também apoia essa CIDE-ZFM? A Câmara dos Deputados aceitará transformar esse texto em norma constitucional?

Tom Jobim tinha razão: o Brasil não é um país para principiantes.

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2023/11/a-cide-da-zona-franca-de-manaus-e-a-industria-nacional-na-reforma-tributaria.shtml>**

# Entrada expressiva de dólares favorece desempenho do câmbio

Por Victor Rezende e Arthur Cagliari - De São Paulo

16/11/2023 05h04 Atualizado há uma hora

Embora a volatilidade tenha sido elevada nos mercados globais de juros nos últimos meses, diante da disparada dos rendimentos dos Treasuries, o câmbio doméstico tem surpreendido pela resiliência, em um contexto que compreende uma entrada expressiva de dólares desde o começo do ano. Entre janeiro e outubro, o fluxo cambial registrou entrada líquida de US\$ 24,06 bilhões, o maior nível para o período desde 2011.

O forte desempenho do câmbio contratado é derivado dos números expressivos da conta comercial. Entre janeiro e outubro, o fluxo comercial foi positivo em US\$ 46,95 bilhões, o melhor resultado desde 2007 nesse período, e com uma dinâmica que mais que compensou a saída de US\$ 22,29 bilhões do fluxo financeiro.

E é nesse contexto que o câmbio tem se mostrado bastante forte, mesmo com o estresse recente no mercado de Treasuries. No começo de outubro, o dólar subiu a R\$ 5,22, mas, no começo desta semana, já operava abaixo de R\$ 4,90, em um sinal de resiliência do real destacado, inclusive, pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao participar de evento do Bradesco na semana passada.

"No setor externo, a gente tem visto um desempenho impressionante da agricultura. Por que o real está tão forte? Temos um fluxo bastante grande e com juros altos. Hoje, alguém que queira ficar posicionado no sentido contrário do real tem que pagar o carregamento [diferencial de juros] e ainda tem um fluxo grande de entrada. O real tem se destacado como uma moeda relativamente estável no mundo emergente e a volatilidade da moeda tem caído comparada com os pares", disse o dirigente.

É muito mais algo estrutural do que conjuntural e, por isso, a conta comercial pode continuar se beneficiando"

- Julia Passabom

O protagonismo desse movimento é exercido pelas exportações brasileiras, que devem continuar em nível

forte, avalia a economista Julia Passabom, do Itaú Unibanco, para quem esse volume maior de vendas para o exterior mostra que o bom desempenho da balança comercial não é pontual. "É muito mais algo estrutural do que conjuntural e, por isso, a conta comercial pode continuar se beneficiando, mas o tamanho desse fluxo deve ser moderado pela importação, que tende a se recuperar junto da atividade econômica."

A expectativa de Passabom, inclusive, é a de que em 2024 os números do câmbio contratado comercial se mantenham bons. "Claro que há cautela por conta dos efeitos do El Niño, mas, no quantitativo, esperamos um volume semelhante ao observado neste ano, com aceleração nas exportações de petróleo e com a safra de soja não muito diferente dos níveis atuais", afirma a economista.

Vale ressaltar, porém, que os exportadores ainda mantêm uma parcela dos recursos no exterior, o que deixa aberta a "boca de jacaré" obtida pela diferença entre o câmbio embarcado e o contratado ao redor de US\$ 60 bilhões na média móvel de 12 meses. Quanto menor a diferença maior o viés para uma apreciação adicional do real.

"Um dos possíveis motivos para o exportador ter começado a deixar esse dinheiro lá fora durante a pandemia veio da preocupação com os custos dos transportes", diz Passabom. "Isso pode ter feito com que o exportador conhecesse novos instrumentos financeiros e se adaptado a uma nova realidade, optando por manter esse capital lá fora, não só para pagar frete, mas também para ter um caixa no exterior e pagar outras despesas."

O economista-chefe da Parcitas Investimentos, Vitor Martello, dá destaque ao fluxo comercial, mas enfatiza que o câmbio contratado poderia ter um desempenho melhor caso a saída da conta de capital não fosse tão grande. Ao abrir os números do Investimento Direto no País (IDP), ele nota que "nos investimentos realizados no 'chão de fábrica' [participação em capital, tirando lucros reinvestidos], percebemos um número bem baixo, comparável ao pré-pandemia e ao observado em 2009". "Está horrível, ainda mais se pensarmos que está abaixo do nível visto durante a pandemia, quando não se sabia o que aconteceria com o mundo."

Martello aponta que, com o forte crescimento do investimento direto entre 2003 e 2011, o Brasil se comprometeu a entregar resultado, mas agora os credores não estariam dispostos a renovar investimentos. "Estamos entregando, por exemplo, exportação de petróleo com custo marginal baixo, mas não aparecem credores para dar mais dólares em forma de novos investimentos, seja porque a liquidez global está mais escassa, porque não temos grau de investimento ou porque são empresas majoritariamente da 'economia velha', sem o 'sex appeal' do ESG", nota.

Assim, o cenário atual das grandes companhias brasileiras que poderiam trazer capital de investimento para o país é de acerto das dívidas feitas no passado, aponta Martello. "Isso só está acontecendo porque o investidor estrangeiro está realizando [lucros]. Poderia estar emprestando mais, mas não é o que vemos", diz. "Estamos no terceiro ano de algo que pode durar de quatro a seis anos. Um potencial gatilho para virar esse jogo é a agenda de ESG e de 'nearshoring' [processo de aproximar as cadeias de produção dos países das matrizes], mas os dados ainda não sugerem que essa virada começou."

Embora o diferencial entre o câmbio embarcado e o contratado permaneça relevante, o comportamento do fluxo comercial tem se mostrado decisivo para o desempenho do câmbio. "A 'boca de jacaré' existe e é grande, mas a surpresa com a balança física é muito maior. Embora o exportador continue deixando recursos lá fora, a balança física é tão forte que produz um saldo contratado muito significativo", enfatiza a economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico.

A gestora revisou, recentemente, a projeção para o câmbio no fim do ano de R\$ 4,90 para R\$ 5,00 por dólar. "Geralmente há um fluxo pior ao longo de dezembro, com saída na conta financeira. A conta comercial deve ajudar mais que nos outros anos, mas não deve neutralizar essa saída forte de dezembro. Apesar disso, mantemos uma visão construtiva para a moeda à frente."

Damico defende que, após a sazonalidade negativa do fim do ano, é possível que vetores de apreciação do câmbio predominem à frente. "A questão do prêmio de risco ainda pode ajudar nesse aspecto, com a aprovação da **reforma tributária**, do projeto sobre a subvenção do ICMS, da possível manutenção da meta de déficit zero em 2024 neste ano... Vemos isso como uma melhora dos fatores de risco, o que pode ajudar o real."

Já a Kinea Investimentos não tem visto grandes assimetrias no momento em relação ao câmbio doméstico, revela a economista Daniela Lima. "Por

mais que o exportador deixe uma parte desse valor lá fora, estamos vendo uma entrada razoável de recursos. No entanto, a dinâmica do câmbio é mais do que simplesmente um reflexo desse câmbio contratado", ressalta Lima, ao lembrar do volume expressivo do mercado de derivativos.

Dados da B3 apontam que, na segunda-feira, a posição comprada em dólar (aposta na alta da moeda) dos investidores estrangeiros via derivativos (dólar futuro, cupom cambial, minidólar e swap cambial) totalizava US\$ 57,05 bilhões, enquanto o investidor institucional local estava vendido em dólar em US\$ 10,47 bilhões. Após um ano que beneficiou moedas com diferencial de juros elevado, a Kinea não tem posições em real. "O câmbio depende não só da balança comercial, mas também de como o BC vai seguir na flexibilização monetária e, principalmente, de como o Fed vai atuar à frente", diz Lima.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Entrada expressiva de dólares favorece desempenho do câmbio

#### Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/11/16/entrada-expressiva-de-dolares-favorece-desempenho-do-cambio.ghtml>



# Versão do Senado acrescenta nove exceções na reforma tributária

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/11/16/RDIOBANDNEW>**

**[SFM905DF-06.42.53-06.43.57-1700129494.mp3](#)**

# A reforma tributária brasileira: risco para o pacto federativo?

**reforma tributária** em discussão no Brasil tem sido um dos temas mais palpitantes do nosso cenário político. Movida a "toque de caixa" por diversos setores político-econômicos do país, o objetivo primário da reforma é simplificar o sistema tributário, substituindo diversos **tributos** por um único imposto sobre operações com bens e serviços (IBS), nos moldes do imposto sobre o valor agregado vigente em alguns países mundo a fora.

A despeito de alguns avanços significativos decorrentes da atualização do nosso sistema tributário, é importante analisar os possíveis reflexos dessa reforma sobre os municípios brasileiros, especialmente em relação à sua autonomia financeira.

No caso, a autonomia financeira dos municípios é essencial para garantir sua sobrevivência e capacidade de bem desempenhar suas funções. Desde as jornadas municipalistas da década de 80 do século XX, uma das principais pautas formuladas por Prefeitos e

Vereadores em todo o Brasil foi a garantia da autonomia financeira das edilidades. Com efeito, a ingente luta de grandes nomes do municipalismo nacional culminou na reconfiguração do pacto federativo, com a inserção do Município no centro das decisões políticas da nossa República e a cristalização da sua autonomia financeira a partir da delimitação das suas competências tributárias.

Sucedem que a **reforma tributária** pode representar um risco real ao atual pacto federativo, à medida que diminui a autonomia financeira municipal e reduz sua capacidade de atender suas competências e missões constitucionais, reconduzindo-o ao ciclo dependência do poder central para financiar suas atividades.

Com efeito, nos moldes em que proposta, a reforma impacta significativamente a arrecadação dos municípios, afetando diretamente sua capacidade de amearhar receitas para investir em áreas como saúde, educação e infraestrutura local. A principal medida de impacto é a substituição do Imposto Sobre Serviços - ISS pelo IBS, o que retira do ente local a capacidade de instituir e arrecadar a principal fonte de receita tributária de diversos municípios Brasileiros.

Além disso, é importante considerar se as

contrapartidas financeiras propostas na **reforma tributária** são suficientes para compensar eventuais perdas de arrecadação pelos municípios. A garantia de recursos adequados é essencial para que os municípios possam manter e expandir seus serviços e investimentos, garantindo o bem-estar da população local. Infelizmente, o modelo proposto vem beneficiando grandes Municípios, considerando que a cobrança do tributo ocorrerá no destino da mercadoria e não mais na origem, como no modelo atual.

A **reforma tributária** em discussão no Brasil tem o potencial de impactar significativamente os municípios, especialmente em relação à autonomia financeira e às contrapartidas financeiras. É fundamental que as discussões em torno da reforma considerem cuidadosamente esses aspectos, garantindo que os municípios possam continuar exercendo suas funções de forma eficaz e sustentável.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/16-11-2023-edicao24704/>

# Governo Leite faz pacote de projetos sobre impostos

## **FLAIVA BEMFICA .**

Após um ano de calmaria no Parlamento e a praticamente 30 dias do fim do ano legislativo, uma sucessão de projetos polêmicos do governo do Estado vai movimentar a Assembleia.

O núcleo duro do Piratini está finalizando um novo pacote de propostas que têm como foco a tributação estadual e que devem ser protocoladas a qualquer momento. Foi para debater as que o governo manteve uma reunião de cerca de duas horas na noite de terça-feira no Piratini com a base aliada, mesmo após a longa sessão de votações que tratou do vale-refeição dos servidores do Executivo e do salário-mínimo regional.

As propostas deverão ser enviadas em regime de urgência pois, para serem votadas em 2023, precisam ser protocoladas no máximo até o início da próxima semana. O dia 21 de dezembro é o último previsto para votações antes do recesso parlamentar de verão. Os textos prevendo alterações na tributação chegarão ao Legislativo em meio à polêmica que já ocorre em relação a outro pacote de projetos, que tratam de mudanças importantes na área da educação, e que passam a trancar efetivamente a pauta a partir de 12 de dezembro.

**REFORMA TRIBUTÁRIA.** A justificativa do governo do Estado para voltar a mexer em um tema tão espinhoso são os cenários projetados a partir da **reforma tributária** nacional. Os estrategistas do Piratini evitam falar em aumento de carga tributária, mas não refutam mudanças nas atuais alíquotas de ICMS, sob o argumento de que os estados individualmente estão se preparando para, a partir da aprovação da reforma nacional, evitar cenários que encurtem a capacidade orçamentária ou dificultem a realização de ações básicas do poder público.

Incentivos fiscais também estão em debate.

"Pelo que está desenhado, se um estado tiver uma média tributária mais baixa, sua participação na distribuição dos recursos a partir do quinto ano após o novo regimento vai ser menor. A participação do RS, que já foi de 7,6%, e hoje está em 7%, poderia cair para 6% ou menos. Isso significa bilhões a menos. A discussão que estamos fazendo é qual o tipo de ajuste

necessário para que não sejamos prejudicados lá na frente. Por isto precisamos apresentar um projeto agora. A ideia é não termos mais do que aquilo que tradicionalmente sempre tivemos de carga no Estado", sinaliza o líder do governo na Assembleia, deputado Frederico Antunes (PP).

Frederico se refere às alterações de alíquotas que vêm sendo feitas desde 2022 por diferentes estados. Conforme levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), 16 estados e o Distrito Federal elevaram os percentuais de ICMS para este ano ou a partir de 2024. O aumento foi justificado com dois argumentos.

Como forma de compensar perdas decorrentes da redução do imposto sobre combustíveis promovida pelo governo federal em 2022, e sobre as quais já foram negociadas compensações também com a União em 2023. E, ainda, para aumentar a base de cálculo da divisão de recursos entre estados na transição entre o atual sistema de **tributos** e o novo.

Na prática, os movimentos do governo apontados pelo líder dão margem para uma discussão sobre aumento de alíquotas não apenas em função do que acontece em outros estados, mas porque a redução do ICMS no RS para os patamares atuais - 17% de alíquota geral e 25% para casos específicos - é recente. O Estado operou, a partir de 2016, com alíquotas majoradas, de 18% e 30%, respectivamente, que valeram até o final de 2018. Naquele ano, o Executivo conseguiu endosso da Assembleia para alongar a majoração até o final de 2020. E, em 2020, tentou passar nova prorrogação no Legislativo, dessa vez sem sucesso.

## AS MUDANÇAS NO ICMS GAÚCHO

2015 - O governo de José Ivo Sartori (MDB) aprovou na Assembleia o PL 320/2015. Com a aprovação, a partir de 1º de janeiro de 2016 a alíquota geral do ICMS passou de 17% para 18% e aquela sobre gasolina, álcool, telecomunicações e energia elétrica de 25% para 30%. O governo justificou o aumento como parte dos ajustes estruturais necessários para enfrentar as dificuldades financeiras e devido ao esgotamento de outras fontes de financiamento. Também destacou que o benefícios aos municípios, que ficariam com 25% do montante. Ficou

estabelecido que a majoração ocorreria por três anos (até o final de 2018).

Após, as alíquotas deveriam voltar ao seu patamar original.

2018 - Após Eduardo Leite (PSDB) vencer o governo, por solicitação dele, o Executivo enviou o PL 190/2018, propondo a prorrogação das alíquotas majoradas por mais dois anos, até 1º de janeiro de 2021. Os deputados aprovaram o alongamento por maioria: 40 votos a 10. Como justificativa, o governo eleito argumentou que a não renovação acarretaria perda entre 9% e 10% na arrecadação de ICMS e com queda de R\$ 3,5 bi na receita em 2019 e perdas de R\$ 875 milhões aos municípios. Também defendeu que a manutenção da elevação era uma das medidas apresentadas à União para a obtenção do ingresso no regime de recuperação fiscal (RRF).

2020 - Às vésperas de terminar o prazo de prorrogação, o governo encaminhou o PL 246/2020, tentando, mais uma vez, alongar o prazo para manutenção da carga. Pela proposta original, a alíquota geral ficaria em 18% até o final de 2021. E aquela sobre energia elétrica, combustíveis, álcool e serviços de comunicação seguiria em 30%, com redução gradual até 2024. A justificativa era de que a queda automática geraria uma perda abrupta de receita de R\$ 2,85 bi, com desdobramentos para os municípios. A iniciativa não teve a mesma aceitação e o governo conseguiu uma proposta intermediária. Com uma emenda do PT, o texto reduziu a alíquota básica de ICMS de 18% para 17,5% em 2021, e de 17,5% para 17% (original), a partir de 2022. As alíquotas de 30% para energia elétrica, combustíveis e serviços de comunicação foram mantidas apenas no ano de 2021 e retornaram para 25% em 2022.

2021 - Em meio a embates entre o então presidente Jair Bolsonaro e os governadores sobre a responsabilidade pela alta dos combustíveis, Leite se envolveu em uma polêmica nacional e irritou pares de outros estados ao 'vender' a redução do ICMS sobre combustíveis no RS a partir de 2022 como uma realização de seu governo. Na verdade, a queda estava determinada desde a aprovação da emenda ao PL 246/2020, e era um retorno à alíquota original. Sua majoração sempre foi estabelecida como provisória e acabou perdurando por anos em função das renovações.

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16238&edicao=10898>**

# Governo se movimenta para aprovar fim de JCP neste ano

**AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO IANDER  
PORCELLA BRASÍLIA**

Apesar do calendário apertado de votações na Câmara até o fim do ano, o Ministério da Fazenda ainda quer avançar nas próximas semanas com a proposta que dá fim ao modelo atual de Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração feita pelas grandes empresas aos seus acionistas.

Como originalmente sugerido ao Congresso, o texto pode render cerca de R\$ 10 bilhões à União no próximo ano. Essa é uma das medidas de arrecadação necessárias para a equipe econômica tentar alcançar o déficit zero em 2024. O JCP permite que a remuneração aos acionistas seja enquadrada como despesa - e, assim, abatida do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A ideia do governo ao mirar esse instrumento é atacar o planejamento tributário agressivo feito por empresas de grande porte da chamada economia real para pagar menos **tributos**.

A equipe econômica argumenta que o uso do mecanismo foi desvirtuado e deve ser extinto.

A avaliação de líderes partidários da Câmara, porém, é de que não há mais tempo hábil para avançar com mudanças no JCP em 2023. Um líder do Congresso respondeu com um "sem chance" ao ser perguntado sobre a possibilidade de votação da matéria.

Até o fim do ano, os deputados devem analisar as mudanças feitas pelo Senado na **reforma tributária**, a proposta que muda a tributação da chamada subvenção do ICMS, projetos da "agenda verde" abraçados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e o Orçamento.

Segundo apurou a reportagem, integrantes da Fazenda têm falado com parlamentares para tentar um sinal verde à pauta do JCP ainda em 2023.

No entanto, o próprio líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que a MP da subvenção do ICMS seria a última pauta da equipe econômica neste ano.

Uma das opções avaliadas agora é incluir o tema justamente na proposta que altera a tributação sobre os incentivos fiscais de ICMS, a próxima na fila de votações. A MP limita a possibilidade de as empresas deduzirem incentivos fiscais concedidos pelos Estados dos **tributos** federais.

TENTATIVA. A estratégia não seria inédita. O governo já tentou emplacar o fim do abatimento do JCP na tributação de fundos de alta renda, mas a ideia não prosperou.

Desde então, porém, o debate avançou, embora o modelo alternativo ao sistema atual do JCP ainda esteja em discussão.

À reportagem, uma pessoa da equipe econômica disse que o objetivo é "corrigir" os problemas que envolvem o instrumento - e nenhum caminho estaria descartado. Nesse sentido, a adoção de um modelo similar ao europeu, com o uso do ACE (sigla para Allowance for Corporate Equity), continua a ser uma das opções analisadas (mais informações nesta página).

Hoje, o PL enviado pelo governo sobre o assunto está parado, sem relatoria definida. Para avançar com o tema dentro da proposta que trata das subvenções fiscais, o Planalto ainda precisa de uma definição sobre como essa proposta tramitará.

Isso porque o Congresso ainda não decidiu se as novas regras para tributação dos incentivos de ICMS serão analisadas por medida provisória, como prefere a Fazenda, ou projeto de lei.

Congresso resiste e Fazenda tenta achar um meio-termo

Tanto a subvenção do ICMS quanto a extinção do JCP sempre foram considerados como os mais desafiadores pela equipe econômica dentro do pacote de medidas para sanear as receitas em 2024. Quando enviou projeto relativo aos Juros sobre Capital Próprio ao Congresso, a Fazenda decidiu abrir o debate pela via mais ambiciosa, sugerindo o fim da dedução do JCP para todos os setores.

A equipe econômica já reconhecia que precisaria costurar um meio-termo com o Congresso - entendimento que cresceu de agosto para cá. Em

setembro, ao falar sobre as distorções do JCP, o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que o modelo europeu seria o "mais apropriado" por não descapitalizar as empresas. Segundo ele, na Europa, o ACE estabelece que é necessário ter investimento real na empresa para ter o abatimento tributário.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Taxa do PIB em 2024: metade da de 2023? (Artigo)

**Roberto Macedo**

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Venho insistindo que desde a década de 1980 o nosso Produto Interno Bruto (**PIB**) passa por um período de estagnação que meu dicionário define como um em que a economia cresce abaixo do seu potencial.

Nas três décadas anteriores à de 1980, o crescimento médio anual foi de 7,2% (1950), 6,1% (1960) e 8,8% (1970) e nas quatro seguintes foi de 3,0% (1980), 1,8% (1990), 3,4% (2000) e 1,9% (2010), conforme dados do Ipeadata. Creio que o leitor concordaria que, com uma boa arrumação da economia, em particular do seu setor público, o **PIB** poderia crescer bem mais. O Brasil vem crescendo menos que muitos países emergentes.

Insisto nessa visão pois ela é pouco percebida pela classe política e pela sociedade em geral. Sem crescer bem mais, este país do futuro vai continuar sem chegar lá e acumulando este passado de baixo crescimento que continua se repetindo.

Para este ano, o crescimento previsto pelos analistas consultados pelo boletim semanal Focus, do Banco Central, será de 2,9%, conforme a mais recente edição desse boletim, de segunda-feira passada. Para 2024, prevê-se que a taxa cairá para 1,5%, número que se mantém há oito semanas, o que seria um desastre.

As más notícias adicionais devem começar no início de dezembro, quando o IBGE anunciar a variação do **PIB** no terceiro semestre. No primeiro e no segundo, as taxas trimestrais relativamente aos trimestres anteriores foram boas, de 1,8% e 0,9%, respectivamente, impulsionadas, entre outros fatores, por uma safra agrícola excepcional e pelos gastos públicos adicionais trazidos pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição, em particular no caso do Bolsa Família.

Mas as estimativas são de que as taxas do terceiro e do quarto trimestres ficarão perto de zero, podendo vir até taxas negativas.

Calculei que, se a economia não crescesse nesses

dois trimestres, ainda assim ela cresceria 3% no ano. Se os analistas do boletim Focus estão prevendo 2,9%, isso implica uma pequena queda nos trimestres cujos números ainda não foram divulgados. Em entrevista a este jornal no dia 12/11, Mario Mesquita, economista- chefe do Itaú Unibanco, disse esperar "(...) que o **PIB** do terceiro trimestre mostre pequena contração, algo como 0,2%, e o **PIB** do quarto trimestre também fique próximo de zero". Manchete da Folha de S.Paulo de ontem fortalece essa perspectiva: Serviços reforçam projeção de queda do **PIB** no 3.º trimestre. O setor de serviços é o mais importante e teve quedas em agosto e em setembro. Ou seja, o **PIB** vai terminar mal o ano e 2024 vai começar com esta perspectiva de um crescimento muito fraco.

As implicações dessa estagnação são várias e hoje destacarei uma pouco conhecida: seu impacto na mobilidade econômico-social. Em particular, essa mobilidade procura averiguar se os filhos alcançam ou não um status econômico- social superior ao dos pais.

José Pastore e Nelson do Valle Silva, no livro Mobilidade Social no Brasil, analisaram a dinâmica da mobilidade social dos homens chefes de família no Brasil entre 1970 e 1996. Mostraram que neste último ano eles estavam, em média, em posições de status econômico- social mais altas, o que a meu ver veio principalmente do crescimento econômico muito forte ocorrido nas décadas de 1950 a 1970, conforme apontado anteriormente.

Na condição de economista, cheguei ao mercado de trabalho no final da década de 1960, tive muitas oportunidades na década de 1970 e passei por essa mobilidade. Também a percebi entre meus colegas de trabalho.

Mas, depois dessas quatro décadas de estagnação, eu tenho observado na minha família e em outras do meu convívio social que os filhos da minha geração e de meus colegas estão tendo dificuldades até mesmo de alcançar o status socioeconômico de seus pais. Esse é um dos lados muito lamentáveis do fraco crescimento econômico.

Tenho dificuldades de entender por que a classe política brasileira não se preocupa seriamente com isso. Nossos partidos políticos têm uma posição ideológica dispersa, guiando-se mais por interesses

pessoais, regionais - em particular os municipais - e de grupos, o que explica seu forte apego às emendas parlamentares com que cevam suas clientelas políticas.

Mas o leitor poderia questionar: mas não vemos Lula empenhado no seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nos programas sociais, sempre dizendo que quer ver o País crescer? Isso é verdade, mas escolhe caminhos equivocados.

Em particular, tem forte apego à indisciplina fiscal, pregando aumentos do déficit público primário (o que exclui os juros da dívida). Ora, isso aumenta a dívida pública e contribui para juros maiores.

A ex-presidente Dilma Rousseff pregava que "gasto é vida", mas pode ser vida boa ou vida má, esta como neste caso.

Seria importante que a classe política, o presidente Lula e a sociedade em geral dedicassem à fragilidade do crescimento econômico ao menos a atenção que deram à discussão da reforma tributária.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Contagem regressiva para emendas ao PLDO

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



Fernando Haddad mantém defesa por deficit zero no próximo ano, embora improvável sem corte de gasto

**EDLA LULA , Rosana Hessel**

Amanhã, termina o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional.

Ao que tudo indica, o governo não vai encaminhar, via lideranças da base, a alteração na nova meta fiscal, o que faz prevalecer a vontade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que briga por manter o objetivo de zerar o saldo nas contas públicas.

No momento, segundo disse a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, após reunião com Haddad e Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, a equipe econômica está debruçada sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2023.

O documento será apresentado na próxima quarta-feira (22), e os técnicos dos três ministérios, nesses dias, cruzam os números referentes a despesas e receitas para revisarem suas estimativas.

Assim, a discussão sobre a meta fiscal, na CMO, ficará com o Parlamento, já que o deputado petista Lindbergh Farias (RJ), protocolou duas emendas alterando a meta fiscal do próximo ano. Uma permitindo deficit primário de 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) e outra, com previsão de até 1% de saldo negativo. Ainda não estão contabilizadas as emendas já protocoladas no sistema.

Especialistas se dividem ao analisar qual seria a melhor posição do governo: deixar a decisão com o

Congresso ou assumir o controle do debate. Mas o consenso entre eles é que a meta fiscal de deficit zero, em 2024, só será cumprida se houver cortes de despesas e a esperada revisão dos gastos improdutivos e de baixo impacto na atividade econômica. Mas a piora dos resultados das estatais tendem a aumentar o rombo fiscal.

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), acredita que, diante da frustração de receitas ao longo desse ano e da evidente sinalização de que o governo não poderá cortar gastos em 2024, Haddad deveria assumir a dianteira e apresentar parâmetros mais condizentes com a realidade atual. "Haddad é o ministro.

Por isso, a liderança dessa discussão tem que ficar com ele.

E quanto mais rápido ele resolver essa questão (do deficit), melhor será para ele e para o país", argumentou o acadêmico.

Oreiro criticou a alteração da meta fiscal no ano que vem, quando for apresentado o relatório de receitas e despesas do primeiro bimestre de 2024. O ideal, para o especialista, seria que a equipe econômica revisse a meta agora e deixasse explícito qual o cenário econômico com o qual o governo trabalha.

"O compromisso do Haddad não pode ser com o erro. Se ele errou em abril, com previsões otimistas e metas ambiciosas, pode rever agora. Porque credibilidade não é anunciar metas ambiciosas, mas é anunciar metas factíveis", disse.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, opinou que o melhor caminho seria não mexer na meta de maneira alguma.

"A meta, para que a credibilidade do governo e o arcabouço fiscal não sejam maculados, tem de ser mantida", pondera. "Mesmo que não se atinja a meta zero, é preciso buscá-la, para que as medidas já tomadas e as que tramitam no Congresso tenham força.

Se a meta for rompida, deve-se fazer valer o próprio conjunto de mecanismos previstos na Lei Complementar 200/2023", completou, referindo-se à Lei que criou o novo regime fiscal para o país, batizado de arcabouço fiscal, que prevê penalidades como a suspensão de gastos ou contratações, caso o

governo não cumpra o resultado fiscal estabelecido pela LDO.

#### Contingenciamento

Tudo indica que cresce a possibilidade de "contingenciamento" de despesas para fazer cumprir o arcabouço fiscal logo no início do próximo ano, na avaliação de Julio Hegedus, economista- chefe da Mirae Asset. "O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá aguardar o ministro da Fazenda até março, quando sai o relatório fiscal de despesas e receitas bimestrais", apostou o analista, que prevê rombo fiscal de 1,5% do **PIB** em 2024.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, fez alerta sobre a arrecadação, que não deverá aumentar com a economia desacelerando, pois o **PIB** crescerá menos no ano que vem do que neste ano, em torno de 2%, pelas estimativas da MB. Ele contou que manteve, por enquanto, a previsão de deficit primário para 2024 em 0,7% do **PIB**, com viés de alta diante da perspectiva de aumento da meta fiscal antes mesmo de ela ter sido aprovada.

"Isso é piso. O rombo fiscal deverá ser maior, de fato. Está caminhando para ficar acima de 1% do **PIB**, como será neste ano.

A hora que o governo chancela um número elevado, vai ser difícil conseguir entregar menos em ano eleitoral", explicou.

"Mesmo que não se atinja a meta zero, é preciso buscá-la, para que as medidas já tomadas e as que tramitam no Congresso tenham força" Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/16/all.pdf>

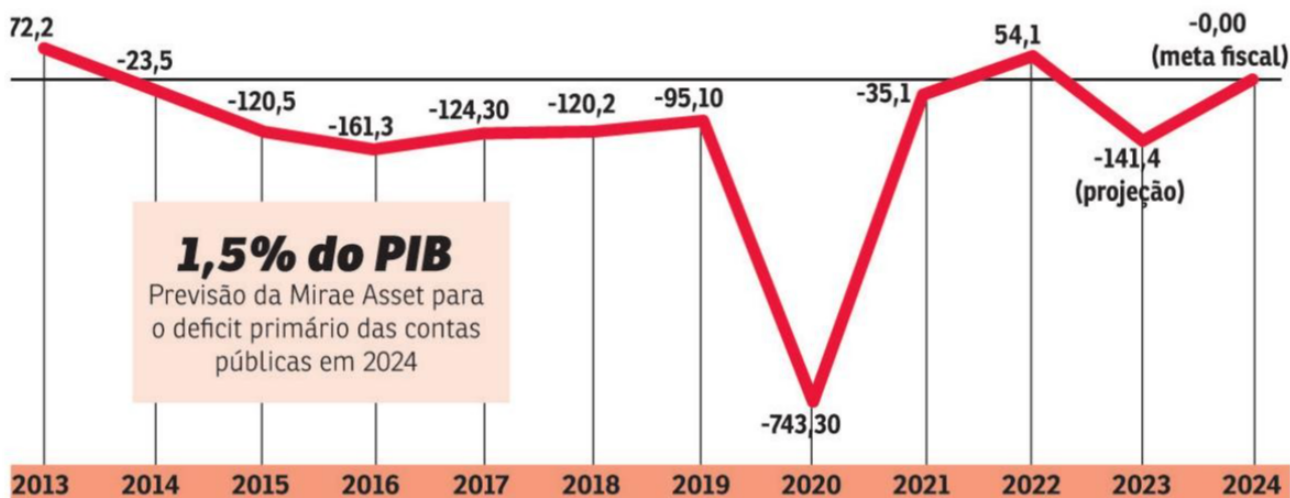
## No vermelho

Para 2024, Haddad quer zerar o resultado primário, mas analistas não acreditam que isso ocorra tão facilmente



### RESULTADO PRIMÁRIO DAS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL\* NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.

Saldo - Em R\$ bilhões



Inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Mirae Asset

# Agências alertam para troca na meta

## **ALINE BRONZATI ENVIADA ESPECIAL CHICAGO**

Uma eventual mudança da meta fiscal para 2024, ainda que não leve a um rebaixamento das notas de crédito do Brasil, traz incerteza sobre o arcabouço fiscal e compromete a credibilidade em torno das novas regras, de acordo com duas das maiores agências de risco do mundo. Conforme as instituições, a alteração do alvo também atrapalha os esforços para recuperação do grau de investimento, pois a redução da dívida pública é um dos pontos-chave para obter a classificação.

Investidores e organismos multilaterais já demonstravam ceticismo quanto à promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar o déficit primário em 2024. O temor aumentou após o presidente Lula criticar a meta fiscal do próximo ano, com a ala política do governo defendendo um déficit de até 0,5% no próximo ano.

Mais do que o número em si, pesam os sinais passados pela gestão petista. "O ruído que emergiu da meta fiscal para 2024, incluindo a possibilidade de alterá-la, é um começo desfavorável para o novo arcabouço fiscal do Brasil", disse o codiretor de ratings soberanos para as Américas da Fitch Ratings, Todd Martinez, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Segundo a vice-presidente da Moody's para risco soberano, Samar Maziad, a agência já previa um déficit primário de 0,5% no próximo ano. No entanto, o número é menos importante do que a necessidade de se construir a credibilidade do novo arcabouço fiscal.

"É relativamente cedo e já estamos discutindo a revisão das metas. De certa forma, reforça a importância de mostrar compromisso com a trajetória fiscal e com a meta, mesmo que possa haver mudanças mais tarde", disse Maziad, ao Estadão/Broadcast.

NOTA. Uma mudança na meta fiscal não tende a causar um rebaixamento do rating do Brasil.

Para que isso acontecesse, a alteração teria de ser drástica, segundo afirmam os porta-vozes de Fitch e Moody's. Mas, por outro lado, não contribui para a recuperação do grau de investimento, o que ajudaria a atrair um enorme volume de recursos estrangeiros para o País.

"Gostaríamos de ver a relação dívida/**PIB**

estabilizando e eventualmente caindo para pensar em novas melhorias para o rating do Brasil", disse Martinez.

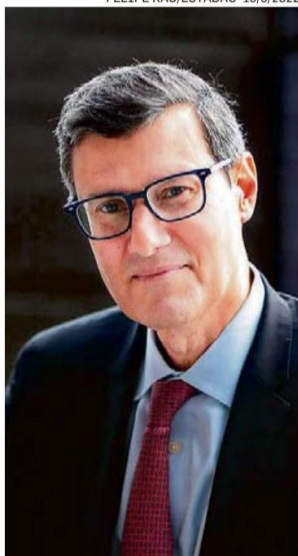
Em julho, a agência elevou o rating do País, de "BB-" para "BB", com perspectiva estável.

O movimento permitiu ao Brasil subir um degrau na escala da instituição. No entanto, continua dois níveis distante do grau de investimento, de ao menos "BBB-". Para Maziad, o que mais preocupa é o fato de o ministro Haddad ter indicado que as receitas previstas para 2024 podem não ocorrer como o previsto. "A fraqueza do arcabouço é a dependência de receitas", afirmou. "A necessidade subjacente de ajuste (nas contas) ainda existe." |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Estamos a uma distância significativa de recuperar o grau de investimento"

FELIPE RAU/ESTADÃO-16/5/2022



## CÍCERO COTRIM

ENTREVISTA: Alberto Ramos, Diretor de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, foi economista sênior do FMI

O Brasil ainda está longe de recuperar o grau de investimento e, para obter o selo de bom pagador, terá de se comprometer com metas fiscais ainda mais ambiciosas do que as propostas pelo novo arcabouço fiscal para estabilizar a relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (**PIB**), afirma o diretor de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

"Quanto mais distantes ficarmos da meta fiscal necessária, mais distantes ficamos do grau de investimento, e não é a meta que o governo anunciou: a meta que o Brasil precisa alcançar é de superávits de 2% a 2,5% do **PIB** para estabilizar a dívida e colocá-la numa tendência levemente descendente", diz o economista, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Ramos considera a **reforma tributária** aprovada pelo Senado na semana passada como "possivelmente positiva", mas demonstra preocupação com o número de exceções no texto.

O impacto da medida no **PIB** potencial do País, segundo o economista, ainda é incalculável, e o Brasil

continuará preso a uma trajetória de crescimento modesto enquanto não fizer reformas que abram a economia.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é a sua avaliação sobre a **reforma tributária** aprovada pelo Senado? Ela terá impacto sobre o **PIB** potencial do Brasil?

O sistema atual é péssimo, então a barra para melhorar não é muito alta. Infelizmente, está saindo uma reforma com um número exagerado de regimes especiais, de isenções, mas muito disso vai ser determinado pela legislação que vem depois da PEC. Veio muito complexa desnecessariamente, tem um período de transição extraordinariamente longo e é uma reforma que vai sair muito cara ao governo federal, por causa dos fundos que foram criados. Ainda faltam muitos detalhes para avaliar, mas já se sabe que vai ter uma alíquota ordinária extraordinariamente alta, talvez a mais alta do planeta, acima de 27%. Vai melhorar o **PIB** potencial?

Ninguém sabe, não ponho muita fé nesses estudos. Não me parece uma grande reforma, mas, dada a situação atual, é possivelmente positiva.

O Goldman Sachs espera crescimento de 3,1% para o **PIB** do Brasil em 2023 e de 1,6% em 2024. É um ritmo apropriado para o País?

O apropriado seria crescer 5%, mas infelizmente esse é o factível no momento. Estamos voltando para uma trajetória de crescimento bem modesto, com um potencial entre 1,5% e 2%, ou talvez um pouco acima.

O Brasil tem potencial humano e de empreendedorismo de entregar um crescimento muito mais robusto, inclusive pelas vantagens no setor agrícola e em outros setores. Seria muito importante abraçar uma agenda de reformas abrangente para aumentar a produtividade, abrir a economia e integrá-la às cadeias produtivas internacionais, melhorar a distribuição da carga tributária, ter um governo que gastasse menos, gastasse melhor e investisse mais.

Você espera **inflação** de 4,7% este ano e de 4,1% em 2024. Existe um cenário em que o IPCA pode convergir ao centro da meta, de 3%, nos próximos

anos?

Sim. É possível que eu esteja sendo muito conservador na minha projeção de **inflação** e que o ano que vem venha a ser melhor. Eu diria que os últimos números têm sido alentadores.

Nossa projeção tem muito a ver com a pressão da **inflação** de serviços, com o mercado de trabalho apertado, com uma visão relativamente bullish (otimista) para commodities. Tudo isso nos leva a essa fase mais difícil de desinflacionar, mas é possível que o IPCA de 2024 fique mais próximo de 3,5%. Mas, no médio prazo, por que não temos um número alinhado com a meta? Porque há um sinal de que, se o governo tiver de fazer uma escolha entre **inflação** e crescimento, ele vai pelo lado do crescimento, embora essa seja uma escolha de curto prazo que tem custos de médio e longo prazos. É a ideia de que, na hora do vamos ver, o governo provavelmente tem uma tendência a acomodar a **inflação** em média um pouco acima do centro da meta.

Hoje, o Brasil está distante de recuperar o grau de investimento?

Ainda estamos a uma distância significativa de recuperar o grau de investimento. Duas coisas podem acelerar esse processo: caminhar a passos mais contundentes no caminho da consolidação fiscal e ter políticas que aumentem o potencial do crescimento. Mas eu não vejo uma agenda de reformas e vejo com alguma preocupação a agenda microeconômica, que provavelmente vai levar a alguma erosão da eficiência macro da economia. Quanto mais distantes ficarmos da meta fiscal necessária, mais distantes ficamos do grau de investimento, e não é a meta que o governo anunciou: a meta que o Brasil precisa alcançar é de superávits de 2% a 2,5% do **PIB** para estabilizar a dívida e colocá-la numa tendência levemente descendente. Tem um caminho razoável pela frente.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# É preciso rever aumento salarial disfarçado a juízes e procuradores (Editorial)

Uma decisão de outubro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu brecha para juízes reivindicarem benesses comparáveis às que procuradores obtiveram no início do ano. As duas categorias integram a elite do funcionalismo público, onde se concentram privilégios que deveriam ser extintos (mais de 1.500 juízes federais receberam vencimentos acima do teto constitucional no primeiro semestre). Em vez reduzi-los, porém, ambas têm procurado ampliá-los. Confirmada a previsão de efeito cascata, haverá explosão de gastos num momento de grave pressão fiscal.

No final de janeiro, uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estabeleceu critérios para acúmulo de trabalho que permitem aos procuradores tirar até dez folgas por mês ou convertê-las em remuneração, obtendo com isso aumento salarial disfarçado. Em 20 de outubro, na primeira sessão comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o CNJ decidiu que "os direitos e deveres validamente atribuídos aos membros da magistratura ou do Ministério Público aplicam-se aos integrantes de ambas as carreiras, no que couber".

As consequências foram imediatas. Quatro dias depois, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e outras entidades entraram com requerimento junto ao Conselho da Justiça Federal (CJF) pleiteando até dez dias de licença por mês ou aumento proporcional de remuneração para juízes federais de primeiro ou segundo grau que acumulem funções administrativas e processuais. Passados meros dez dias úteis, o colegiado do CJF aprovou o pedido que poderá engordar o contracheque dos beneficiados em 30%. No mesmo dia, decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu as vantagens a seus ministros que também exerçam diferentes funções. É esperado que outras entidades representativas reclamem a benesse. Como o texto do CNJ é vago, juízes também poderão requerer outros benefícios do Ministério Público. É difícil até prever o tamanho do rombo.

No setor privado, o acúmulo de funções em cargos de chefia é regra, sem que isso represente ganho extra. Se a remuneração de juízes e procuradores fosse baixa, até se poderiam examinar situações específicas. Ocorre o contrário. As duas carreiras dividem o topo da pirâmide do funcionalismo público.

No ano passado, a despesa média mensal por magistrado foi de R\$ 69.800, incluindo remunerações, indenizações, despesas com viagens e diárias, encargos sociais e previdenciários. Ao todo, o Judiciário consumiu R\$ 116 bilhões, ou 1,2% do PIB, segundo o relatório Justiça em Números 2023 -11 vezes o gasto espanhol e nove o americano.

Barroso tem demonstrado preocupação genuína com a eficiência e a imagem pública do Judiciário. A decisão do CNJ fere ambas. O mesmo vale para a resolução do CNMP. Ambas precisam ser revistas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Pochmann diz que quer mudar divulgação de dados do IBGE

**MALU GASPAR E JOHANNES ELLER**

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mareio Pochmann, disse em uma palestra para os funcionários do órgão, em outubro, que pretende alterar o modelo de divulgação de pesquisas. A medida, ainda não oficializada, tem provocado entre técnicos, funcionários e aposentados o temor de eventuais interferências no trabalho independente da instituição.

Atualmente, os dados de indicadores como a taxa de desemprego, o principal índice de **inflação** (o IPCA) e o Produto Interno Bruto (**PIB**) são disponibilizados no site e nas redes sociais do IBGE, para qualquer interessado, com hora marcada. Em seguida, técnicos do IBGE respondem a questionamentos de jornalistas da mídia nacional e internacional em entrevistas coletivas.

-A comunicação do passado era aquela que (sic) o IBGE produzia as informações e os dados, fazia uma coletiva e transferia a responsabilidade para o grande público através dos meios de comunicação tradicional (sic). Isso ficou para trás - afirmou Pochmann, sem explicar qual estratégia será adotada daqui em diante, durante a cerimônia de posse do novo coordenador-geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) do IBGE, Daniel Castro, que foi transmitida pelo YouTube.

Pochmann está promovendo um ciclo de discussões internas sobre o "IBGE do futuro". Hoje e amanhã, funcionários participarão de um seminário sobre as mudanças a serem implementadas.

## REFERÊNCIA EM ESTATÍSTICA

Na palestra, também chamou a atenção a menção à China como referência em estatísticas -apesar das suspeitas frequentes de que o governo chinês oculta informações negativas. Para Pochmann, que se diz comprometido em superar a estrutura "verticalizada, hierárquica e muitas vezes autoritária" das gestões anteriores, "há um deslocamento do centro dinâmico do mundo", no sentido do Oriente.

Perguntados sobre as propostas da palestra, a assessoria de imprensa do IBGE e Pochmann não responderam.



**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Números "se impõem", e corte de gastos ganha força no debate de 2024



A ministra Simone Tebet: em silêncio, equipe mapeia possíveis cortes de despesa em políticas públicas

**Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana**

Enquanto a ala política do governo pressiona pela mudança na meta fiscal de 2024 para evitar o bloqueio de recursos reservados a investimentos em ano eleitoral, os números da área econômica indicam outra realidade. Mostram que, independentemente de qual venha a ser o resultado das contas públicas a ser perseguido no ano que vem, o contingenciamento de despesas em março de 2024 é um risco quase certo, disse uma fonte.

Há também uma agenda de cortes de gastos que vem sendo construída desde o início do ano e que será colocada à mesa em dezembro, em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO). Esta é uma programação que existia antes da discussão sobre mudança de meta. O governo vem sendo cobrado pelo Congresso e por especialistas em contas públicas pela ausência de propostas nessa área.

Por fim, debates impopulares, como a revisão dos pisos de despesas em saúde e educação, já estão na antessala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sem enfrentá-los, não será possível fechar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2024. Todo esse cenário faz de 2024 um ano a ser pautado pela discussão pelo lado das despesas, apesar de o calendário eleitoral apontar para a direção

oposta. Não será por opção, e sim por imposição dos números.

Silenciosamente, a equipe da ministra do Planejamento, Simone Tebet, mapeou um conjunto de políticas públicas que podem ser modificadas para reduzir as despesas no ano que vem. Algumas ideias deverão ser apresentadas à JEO. Composta pelas pastas da Fazenda, Planejamento, Gestão e Casa Civil, a JEO é o foro adequado para debater se o governo vai precisar contingenciar despesas em março, qualquer que seja a meta, disse um técnico.

Se passarem pelo crivo político, as propostas poderão abrir caminho para o corte de algumas despesas discricionárias no Orçamento de 2024, ou uma melhor realocação dos recursos. Eventualmente isso pode reduzir o volume a ser contingenciado em março, quando ser" á divulgado o primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Também poderão ser colocadas sobre a mesa propostas que dependerão de alteração em leis, ou seja, que passarão pelo Congresso Nacional. A lista de propostas é mantida em sigilo.

Essa revisão de gastos já estava programada, disse a fonte. O debate sobre a meta fiscal, que se impôs após Lula afirmar que o resultado fiscal de 2024 não precisa ser zero e que déficit de 0,25% ou de 0,5% do **PIB** é "nada", é um complicador, avaliou o técnico. Frágiliza a ideia por trás da iniciativa, que é melhorar a qualidade do gasto público. É um trabalho que deveria ocorrer a despeito da meta, revisada ou não.

A discussão sobre a eventual nova regra para corrigir gastos mínimos com as áreas de saúde e educação será inevitável em 2024, na visão da área técnica. Esses dois itens, além do salário mínimo e as emendas de parlamentares ao Orçamento, avançam num ritmo mais rápido do que o conjunto de despesas do governo federal. Enquanto o arcabouço permite um aumento dos gastos na proporção de 70% do crescimento das receitas, as de saúde avançam a 100%.

É uma situação que já criou dificuldades na elaboração do PLOA de 2024, em exame no Congresso. Na peça, o orçamento da Saúde foi reforçado em R\$ 50 bilhões, enquanto as demais

áreas do governo permaneceram no mesmo nível deste ano. Se nada for feito, a tendência é o desequilíbrio se agravar em 2025 e ocorrer "esmagamento" de alguns ministérios.

Entre as opções discutidas pelos técnicos, está a de fazer com que os gastos com a área de saúde aumentem no mesmo passo dos demais. O técnico ponderou que a pasta foi bastante reforçada com a pandemia e, com o fim do teto de gastos, teve seu orçamento recomposto em R\$ 50 bilhões. Ou seja, já estaria com finanças condizentes com o demandado pela sociedade e, crie agora em diante, a ideia seria mantê-la no atual nível.

Outra opção é retomar o debate feito no governo de Jair Bolsonaro, no sentido de unificar as regras de gastos mínimos com saúde e educação e colocar uma regra de correção única para os dois. A vantagem de juntar as duas áreas, deixando a alocação do dinheiro a critério dos gestores, está na própria evolução demográfica do país. A população está envelhecendo, e as famílias, ficando menores. A tendência é a redução na demanda por escolas e o aumento na procura por serviços de saúde.

O principal efeito de uma eventual mudança da meta fiscal de 2024, explicou o técnico, não seria o aumento dos gastos. A despesa, explicou, já está dada e explicitada no PLOA de 2024, sem espaço para aumento global. O que a ala política do governo busca é meios de realizar o que está programado, ao evitar contingenciamentos.

Uma meta menos rigorosa abriria espaço para mais renúncias de receitas. Poderia dispensar a aprovação de algumas das medidas encaminhadas ao Congresso Nacional pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para elevar a arrecadação. Ou abriria espaço para acomodar os R\$ 9,4 bilhões de renúncia tributária decorrentes da desoneração da folha salarial, que não está contemplada no PLOA de 2024, entre outras renúncias.

Nas expectativas de mercado, uma eventual mudança da meta fiscal de 2024 vai afetar expectativas, avaliou uma fonte. Em tese, o estabelecimento de um déficit de até 0,5% do **PIB** como meta não deveria surpreender os agentes de mercado, que projetam déficit de 0,8% do **PIB**. A fala do presidente alimenta desconfianças quanto ao compromisso com o ajuste fiscal.

É algo que pode ser minimizado se, no caso de decidir mudar a meta, o governo for capaz de comunicar que se trata de algo feito em função de particularidades do momento: a dificuldade em obter as receitas projetadas para 2024 e o risco político de conter

despesas em ano eleitoral delicado em virtude da polarização vista em 2022. Nesse quadro, o corte de parte da despesa reforçaria o compromisso com o controle da dívida pública.

A mudança da meta este ano não seria "racional", disse o técnico. Demandaria paralisar a máquina pública para refazer contas e previsões de gasto para 2024 nas sete semanas que restam em 2023.

Muito mais lógico seria deixar essa mudança para 22 de março, como defende Haddad. Nessa data, por lei, projeções de receitas e despesas precisam ser divulgadas. Também é informado se as trajetórias estão compatíveis com o atingimento da meta. Do contrário, é feito o contingenciamento.

Deixar a definição da nova meta para março, daria aos técnicos mais tempo para trabalhar nos números. A meta poderia ser definida com mais segurança, minimizando o risco de se tornar necessária outra mudança mais adiante.

Definir a nova meta só em março daria tempo para trabalhar os números com mais segurança

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187714?page=1&section=1>